

REUNIÃO DE CONJUNTURA

30/04/2018

Artigos de Conjuntura Local

A fantástica metamorfose de Bolsonaro (Rogério L. Furquim Werneck – 20/04/2018).....	1
A governabilidade da administração em jogo (Francisco Gaetani – 20/04/2018)	2
Giantechs (Jairo Saddi – 23/04/2018).....	4
Alta do dólar não deve piorar situação da dívida do governo e das empresas (Alexandre Shwartsman – 25/04/2018)	6
Otimismo no longo prazo ainda é viável (Nilson Teixeira – 24/04/2018).....	7
Segurança jurídica para os portos (Gesner Oliveira - 26/04/2018)	9
Baixa concorrência dificulta queda dos juros ao consumidor (Laura Carvalho – 26/04/2018)	11



A fantástica metamorfose de Bolsonaro (Rogério L. Furquim Werneck – 20/04/2018)

Rogério L. Furquim Werneck, Ph.D. em Economia pela Universidade Harvard

* * *

Não é de hoje que, na esteira de uma longa história de deturpações e abusos retóricos, a palavra progressista deixou de ser levada a sério, esvaziada que foi de qualquer conotação mais consensual que já possa ter tido no debate político brasileiro. Sem ir mais longe, basta ter em conta a profusão de bandeiras “progressistas” distintas que, da esquerda à direita do espectro político, vêm sendo agora desfraldadas para a disputa das eleições de outubro. Ao eleitor bem informado, não faltam boas razões para manter distância de cada uma delas.

Próceres petistas vêm agora conclamando o partido a adiar a discussão de possíveis substitutos de Lula na eleição presidencial, até que se consiga definir uma plataforma eleitoral que possa atrair o apoio dos demais partidos de esquerda e unificar o “campo progressista”.

No Congresso, fechada a janela de infidelidade que, por um mês, permitiu que políticos trocassem à vontade de filiação, verificou-se que, de todos os partidos, o que mais se fortaleceu foi – pasme – o PP. Tendo eleito 36 deputados em 2014, passou a deter agora a segunda maior bancada da Câmara, junto com o MDB e logo abaixo do PT, com nada menos que 51 cadeiras. Com mais de 40% dos seus deputados às voltas com a Lava Jato e operações similares, o PP parece agora preocupado com sua imagem. Seguindo o que já fizeram outras agremiações, quer mudar de nome e passar a ser conhecido por uma única palavra: Progressistas.

Mais à direita do espectro político, até mesmo Jair Bolsonaro quer passar a ter uma bandeira progressista que possa chamar de sua. Já há muito tempo, o deputado vinha promovendo sua candidatura à Presidência com base na plataforma estreita e monocórdica da segurança pública e do conservadorismo de costumes. Há poucos meses, contudo, o candidato vem sendo submetido a intenso adestramento, para que possa passar a ter um discurso minimamente articulado e crível que lhe permita, afinal, ostentar seu recém-estreado compromisso inabalável com a adoção de um programa econômico de cunho liberal.

Em alusão à Bandeira Nacional, o objetivo declarado de tal adestramento – acredite se quiser – é conseguir que a candidatura de Bolsonaro passe a combinar a defesa da ordem com a promessa de progresso. É com base nessa quimérica plataforma progressista que Bolsonaro pretende agora ser guindado à Presidência da República.

Não é preciso muito esforço para perceber que essa fantástica metamorfose, em que Bolsonaro seria transformado em inflexível defensor de um ideário econômico liberal, não tem qualquer aderência à realidade. Não passa de um devaneio de mau gosto. Na melhor das hipóteses.

Trata-se de um político já de mais de 60 anos, cheio de ideias equivocadas e com lamentável trajetória parlamentar, que se notabilizou pela truculência do seu discurso autoritário, fartamente documentada. Já no sétimo mandato de deputado federal,

Bolsonaro sempre pautou sua atuação na Câmara pelo esforço sistemático de extração de benesses governamentais para a clientela que o elegeu. Na pouca participação que teve no debate econômico, ao longo de todos esses anos, Bolsonaro jamais escondeu sua propensão visceral ao intervencionismo, sua incorrigível alma estatizante e o deprimente primitivismo das suas ideias nacionalistas.

Não há programa de adestramento que possa transformá-lo, da noite para o dia, no prometido paladino do liberalismo econômico.

A verdade verdadeira é que Bolsonaro, tomado pelo que de fato é, e não por fantasias do que poderia vir a ser, não tem nem estatura nem preparo para ser presidente. Além de outras carências fatais, faltam-lhe traquejo, habilidade e trânsito no Congresso para mobilizar o amplo e crucial apoio parlamentar que se fará necessário para a superação da crise atual.

A esta altura, em meio ao atoleiro em que foi metido, o País já deveria ter aprendido, de uma vez por todas, quão desastroso pode ser entregar a Presidência da República a uma pessoa patentemente despreparada para o exercício do cargo.

Fonte: WERNECK, Rogério. A fantástica metamorfose de Bolsonaro. Disponível em:<<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,a-fantastica-metamorfose-de-bolsonaro,70002275963>> Acesso em 25 de Abril de 2018

A governabilidade da administração em jogo (Francisco Gaetani – 20/04/2018)

Francisco Gaetani é presidente da Escola Nacional de Administração Pública e ex-Secretário-Executivo dos Ministérios do Planejamento e do Meio Ambiente. É doutor pela London School of Economics and Political Science e professor da EBAPE/FGV.

* * *

Se os candidatos à Presidência e aos governos estaduais soubessem o que os aguarda em janeiro de 2019 pensariam duas vezes antes de se apresentar nas eleições. Os eleitos precisarão construir maiorias políticas no Legislativo para governar. Disso todos sabem. O que não sabem é que não encontrarão na sociedade e no serviço público pessoas dispostas a assumir os riscos associados ao exercício das atividades executivas. O motivo é simples: a percepção dominante é a de que não vale a pena. Uma eleição não tem poder de reparar essa situação.

O medo comanda hoje a administração pública. Até 2014, discutia-se a judicialização das políticas públicas. Um exemplo era a importação de remédios caros por decisão judicial. Evoluiu-se rapidamente para a criminalização da administração, como o inacabado e controverso debate em torno da política fiscal demonstrou. Finalmente, chegamos à paralisia. Afinal... "é o meu CPF que está em jogo". Ninguém quer ficar sujeito a interpretações de órgãos de controle que, em muitos casos, não dominam plenamente as complexidades do assunto e partem do princípio de que o funcionário é suspeito: in dubio pro societate.

Inúmeros funcionários hoje respondem a processos decorrentes de acórdãos do TCU. Dirigentes de estatais já negociam "seguros" para ocupar suas funções. Pulamos de um extremo de descontrole e leniência para outro de regramentos e controles sem necessária vinculação com a natureza da atividade da organização - seja ela um banco público, um hospital universitário ou uma empresa de energia.

O setor privado encontra-se acuado, assustado e intimidado por burocracias opacas com poder de influenciar decisivamente seus negócios. Estão todos sob suspeita de práticas ilícitas cuja dosimetria nesta altura já não importa mais, independentemente das previsões legais. Conflitos tributários, arranjos regulatórios imperfeitos, práticas de governança corporativa, gestão de riscos reputacionais e novas realidades associadas ao combate à corrupção foram incorporados ao cálculo empresarial.

Ironicamente, o mundo jurídico tornou-se a principal fonte de insegurança jurídica e responsável por custos de transação imprevisíveis e incalculáveis. Nas esferas pública e privada o debate sobre eficiência e qualidade do gasto desapareceu. A temática do combate à corrupção eclipsou todos os demais. É como se o país precisasse parar para resolver o problema da corrupção de uma vez por todas.

Focar na paralisia da administração, sem observar as distorções que o excesso do controle tem gerado, tornou-se um lugar comum. Dados de uma pesquisa realizada pela Enap mostram que os gestores usam suas capacidades não para prover informações e evidências sobre a política em que trabalham, mas para responder a órgãos de controle e demandas de auditoria.

Há um problema de assimetria de capacidades decorrente de um sequenciamento desbalanceado. A profissionalização do MPF e do TCU vem ocorrendo consistentemente desde a redemocratização. A organização da CGU acelerou-se após 2003. Os ministérios das áreas econômica e jurídica vêm se estruturando desde a estabilização macroeconômica. Os ministérios associados ao gasto, à legalidade e ao controle possuem quadros técnicos recrutados por concursos públicos, carreiras estruturadas e salários competitivos. Áreas como Saúde, Educação, Transportes e Minas e Energia enfrentam graves déficits de capacidade, em especial de pessoal.

O corporativismo dos estamentos burocráticos mostrou as imperfeições da nossa democracia. Não possuímos um regime de "checks and balances". O Judiciário, o TCU e o MPF são irresponsabilizáveis, salvo por seus pares, e, mesmo assim, as evidências recentes atestam a dificuldade de atuação do CNJ e CNMP.

O TCU tem demonstrado capacidade de exercer o controle externo de forma construtiva e efetiva, como tem ocorrido nas esferas de infraestrutura, governança e desenvolvimento regional. A atuação do MPF no combate à corrupção nos anos recentes vem dando impulso decisivo à moralização da Administração Pública. Estes avanços não podem ser comprometidos por excessos e distorções que comprometam o funcionamento do Estado. A presunção de culpa não se coaduna com o regime democrático e não pode se transformar em uma indústria que se auto-alimenta.

O PL nº 7448/2017, aprovado pelo Congresso e aguardando a sanção presidencial, dá um passo importante para recuperar o equilíbrio. A proposta busca trazer racionalidade às decisões administrativas, judiciais e de órgãos de controle, assegurando que as

consequências práticas das decisões sejam levadas em conta, e que medidas para a mitigação de prejuízos à sociedade sejam implementadas sempre que necessário. A aplicação do direito não pode ocorrer de forma descolada da realidade: precisa levar em consideração os diversos impactos gerados pelas decisões, considerando o bem-estar da sociedade e assegurando uma previsibilidade mínima aos gestores públicos.

A governabilidade administrativa não depende apenas do Executivo. Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas são sócios da governabilidade do país. A guerra de facções corporativas, a disputa por recursos e a concorrência pelo poder precisam ser contidas pelas instituições do país. O corporativismo, o voluntarismo, o messianismo e o punitivismo precisam ser enfrentados para o país caminhar na direção de uma nova normalidade, aderente às práticas do regime democrático, sem prejuízo do combate à corrupção e da modernização da gestão pública.

Os problemas estruturais do país - integração na economia global, redução das desigualdades, aumento da produtividade e da competitividade, mudança climática e desenvolvimento regional, dentre outros - estão se agravando. O PL nº 7.448/2017 é um avanço na contenção de excessos e preservação da capacidade de gestão. Esta iniciativa é vital para o país sair do encurralamento paralisante.

Fonte: GAETANI, Francisco. A governabilidade da administração em jogo. Disponível em: <www.valor.com.br/opiniaio/5468781/governabilidade-da-administracao-em-jogo> Acesso em 26 de Abril de 2018

Giantechs (Jairo Saddi – 23/04/2018)

Jairo Saddi, pós-doutor pela Universidade de Oxford e doutor em direito econômico (USP), escreve mensalmente às segundas.

* * *

Acrônimos são siglas transformadas em vocábulo que se tornam de uso comum e representam a redução literal de nomes baseados nas letras ou sílabas iniciais de cada um ou de alguns dos seus componentes. Hoje, em versões diferentes, um dos acrônimos candidato a se tornar mais popular é o GAFA (ou Google, Amazon, Facebook e Apple, ou, ainda, FAMGA se incluir a Microsoft); numa outra versão, FANG (Facebook, Amazon, Netflix e Google). Seja como for, todos têm uma característica em comum: o valor de mercado de cada um deles supera U\$ 300 bilhões. A capitalização em bolsas do GAFA é de cerca de U\$ 2 trilhões, sendo que o menor deles, Facebook, atinge U\$ 378 bilhões. Para ter uma ideia comparativa, a Intel, que produz o chip ou o hardware por meio dos quais esses sistemas rodam, vale U\$ 173 bilhões, cerca de 46% do Facebook. A Apple, a maior delas, tinha market cap de cerca de U\$ 678 bilhões no final de 2017. O PIB americano é de cerca de U\$ 18 trilhões, e o chinês, U\$ 11 trilhões.

Por qualquer ângulo que se analise, são corporações gigantescas. Em vista desse gigantismo, dois conjuntos de dúvidas vem se instalando no debate atual com respostas pouco conclusivas: quanto ao aspecto concorrencial e quanto à capacidade que estas empresas terão, num futuro breve, de se aventurar no mercado financeiro e se

transformar em grandes instituições não só de meios de pagamento, mas também em grandes intermediários de crédito e grandes operadores de tesouraria e mercado de capitais.

Este artigo pretende cuidar do segundo aspecto, ainda que não se desconheça a importância da matéria concorrencial e do potencial abuso de poder de mercado que um grande participante possa exercer. E aqui se cuida não apenas do poder que elas podem exercer junto ao consumidor, o que parece evidente ao se comprovar que mais da metade das compras on-line nos EUA são feitas na Amazon, mas, sobretudo, que somente o volume (em valor) negociado em bolsa das quatro empresas do GAFAM subiu de 32% em 2014 para quase 45% do total do Nasdaq 100. É uma concentração sem precedentes na história.

Há razões de sobra para empresas do GAFAM se tornarem intermediários financeiros. A maior e melhor delas é que o bem mais valioso atualmente, a informação, está disponível melhor e mais facilmente para eles, a baixíssimo custo. Qualquer compra, ou mesmo consulta realizada por meio do Google ou na Amazon, qualquer anúncio no Facebook ou na Apple Store passam a integrar um padrão de consumo que só agora começamos a entender, mas cujo domínio mínimo ainda está remoto.

Parte deste novo mercado vem sendo ocupada pelas fintechs nas suas modalidades variadas. No entanto, qualquer gigante sabe que, com o bolso cheio e determinação (e passando por cima da disciplina concorrencial..), é fácil esmagar iniciativas e inovações. Uma segunda vantagem fundamental diz respeito à cultura digital em que tais empresas já nasceram, e aqui nem se fala das empresas físicas do século XIX. Isto pode ser particularmente verdadeiro para empresas jovens, mas que deram certo rapidamente. Assim, não é à toa que a receita das empresas mais antigas, Apple e Microsoft (com cerca de 40 anos cada uma) cai, enquanto a das mais jovens, Facebook e Google (cerca de 12 a 18 anos cada uma), cresce.

Todavia, há dúvidas nos aspectos regulamentares. Em especial, quanto aos reguladores, estes sim com legitimidade e poder para barrar a entrada de qualquer um no mercado.

Como se sabe, a regulação financeira só existe para corrigir falhas de mercado. Quem a produz - o Banco Central -, o faz em nome do Estado e do seu poder monetário. Não há um mercado propriamente dito para regulação, ainda que exista demanda e oferta de regras, tanto por parte dos atores públicos quanto dos privados. Mas como os mercados não são perfeitos e tendem ao desequilíbrio, e seus agentes têm incentivos muito determinados e próprios, o grande desafio atual é entender como regulamentar as giantechs - e mesmo se isto é possível.

Há três aspectos centrais que gostaria de pontuar: primeiro, a necessidade, ou desnecessidade, de regular determinado comportamento das giantechs; segundo, se os custos que tais comportamentos geram são superiores aos custos provocados pela regulação, e, finalmente, dado que a regulação é necessária e imprescindível, e seus benefícios superiores aos seus custos, como medir as ineficiências que uma nova regulação financeira invariavelmente trará?

Num mercado onde há poucas externalidades negativas, informação relativamente simétrica e fartamente disponível, além de competição estabelecida, os mecanismos instrumentais tendem à eficiência. Mas se a tendência é oposta, como se verifica com as giantechs, percebe-se uma ampla justificativa para a intervenção estatal. O caso do mercado financeiro é emblemático de mercados ineficientes e oligopolistas e não é por outra razão que o clamor regulamentador contra as giantechs tem aumentado de forma acentuada na Europa, em especial com o openbanking.

O grande problema está na percepção equivocada de que a regulação financeira é isenta de custos aos consumidores e que somente os intermediários financeiros pagam a conta. Se é verdade que o grande público desconhece os custos da regulação, seja porque os movimentos de poupança e crédito embutem tais custos na taxa de juros, seja porque o spread bancário tem outras variáveis mais óbvias (por exemplo, cunha tributária etc.), a regulação não é nem pode ser considerada um bem gratuito. Não é - e, ao tratar um dia das giantechs, esse debate ficará ainda mais evidente.

Fonte: SADDI, Jairo. Giantechs. Disponível em:

<<http://www.valor.com.br/opiniaio/5473175/giantechs>> Acesso em: 26 de Abril de 2018

Alta do dólar não deve piorar situação da dívida do governo e das empresas (Alexandre Shwartsman – 25/04/2018)

Ex-diretor de Assuntos Internacionais do BC, é doutor em economia pela Universidade da Califórnia.

* * *

A acumulação de reservas ajudou o país a se tornar mais estável. O processo que se iniciou em janeiro de 2004 dotou o país de um volume expressivo de divisas que podem ser usadas em caso de alterações bruscas nas condições financeiras globais.

No fim de 2008, por exemplo, o BC ofertou dólares, inclusive para o financiamento das exportações, quando os bancos internacionais se retraíam. Isso limitou o contágio e permitiu a recuperação mais rápida da economia naquele momento em comparação a um cenário em que empresas não tivessem acesso a essa modalidade de crédito.

Há, obviamente, uma discussão ainda em curso sobre os benefícios e os custos das reservas, o que naturalmente desemboca na pergunta do nível ótimo de reservas, mas não é desse assunto que pretendo tratar aqui.

Menos conhecida, mas não menos importante, é a acumulação privada de ativos estrangeiros, principalmente na forma de investimentos diretos. Em parte pela liberação a partir de abril de 2005 (empresas tinham antes de obter permissão para investir mais do que US\$ 50 milhões no exterior), em parte por sua maior integração à economia global, houve um aumento apreciável do estoque de investimentos brasileiros no exterior.

Considerando apenas a participação no capital, ao fim de 2017 o investimento brasileiro atingiu US\$ 333 bilhões (ante US\$ 54 bilhões em 2004). Somado aos empréstimos a subsidiárias e controladoras, isso chegou a US\$ 359 bilhões no fim do ano passado, pouco menos que as reservas (US\$ 375 bilhões).

Tal desenvolvimento tem consequências importantes. Embora o país ainda apresente um passivo externo (dívidas e investimentos estrangeiros) superior ao seu ativo (US\$ 1,6 trilhão, ante US\$ 861 bilhões), a composição de passivos e ativos em termos das moedas se tornou bem mais favorável ao Brasil.

Colocado de forma bastante simples, “devemos” a estrangeiros em reais (o equivalente a US\$ 1 trilhão) e somos seus “credores” em dólares (US\$ 320 bilhões). Assim, quando o real perde valor, tanto o governo quanto o setor privado veem seus ativos em dólares protegidos, enquanto seus passivos encolhem. Isso não é uma teoria.

Entre junho e dezembro de 2008, quando o dólar saltou de R\$ 1,60 para R\$ 2,40 (desvalorização de 50%), o passivo externo total caiu de US\$ 1 trilhão para US\$ 665 bilhões. Da mesma forma, quando o real se depreciou quase 50% ao longo de 2015, o passivo externo encolheu de US\$ 1,5 trilhão no fim de 2014 para US\$ 1,2 trilhão no fim de 2015. Em ambos os eventos, os ativos externos ficaram praticamente inalterados.

No caso do setor privado, embora empresas brasileiras tenham dívidas no exterior, o balanço do conjunto delas mostra ativos em dólares um pouco maiores do que passivos (algo como US\$ 22 bilhões). Para o setor público, a diferença é ainda maior: quase US\$ 300 bilhões.

Assim, ao contrário do que ocorreu em outros momentos, a desvalorização da moeda nacional não deve piorar a situação de endividamento do setor privado, nem do setor público. O primeiro, em seu conjunto, registraria ganhos modestos, enquanto o segundo teria ganhos bem mais expressivos.

A liberação do mercado de câmbio em 2005 tornou as empresas menos vulneráveis aos movimentos do dólar, movimento voluntário e que, portanto, reflete o balanço de incentivos e riscos do setor privado. Mais uma lição a ser estudada, num país que resiste como poucos ao aprendizado.

Fonte: SHWARTSMAN, Alexandre. Alta do dólar não deve piorar situação da dívida do governo e das empresas. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/alexandreschwartzman/2018/04/alta-do-dolar-nao-deve-piorar-situacao-da-divida-do-governo-e-das-empresas.shtml>> Acesso em: 26 de Abril de 2018

Otimismo no longo prazo ainda é viável (Nilson Teixeira – 24/04/2018)

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia pela Universidade da Pensilvânia

* * *

A desesperança cresceu no Brasil e é bem visível no suposto crescimento do desejo de imigrar. Não é só uma vontade dos mais pobres em busca de melhores oportunidades. Não são apenas os ricos fugindo do quadro desfavorável e buscando países capazes de atender suas demandas. Mais e mais pessoas dizem que não ficariam no Brasil se fossem mais jovens. Como reflexo, é crescente o número de estudantes que desejam imigrar e cursar faculdade fora do país.

Essa sensação advém de escolhas erradas do país nas últimas décadas, desperdiçando o ambiente favorável proveniente do ciclo de commodities e do forte crescimento global. A distribuição de renda do país é uma das piores no mundo. O Brasil é mal classificado nos rankings de educação e de condições de negócios. A corrupção é alta e disseminada frente à de outras nações. A segurança é um grande problema e a solução não é trivial. O crescimento potencial da economia é reduzido, com o país ocupando as últimas posições nos comparativos internacionais sobre produtividade.

A taxa de investimento é baixa e a estagnação da infraestrutura é evidente. A economia local é muito fechada, com proteções setoriais antiquadas e de duração excessiva. O Estado tem um papel exagerado no setor produtivo. A regulação no Brasil é deficiente e sujeita a indicações de partidos políticos. As contas públicas estão desajustadas. O déficit primário é elevado, e não há perspectiva de reversão nos próximos anos. A alocação de recursos públicos é ineficiente, com os custos e benefícios dos programas existentes dificilmente avaliados. O sistema tributário é complexo em demasia, pouco transparente e repleto de privilégios para grupos de interesse, gerando uma carga tributária regressiva. O governo fracassou ao não aprovar mudanças na Previdência Social, mesmo que mínimas. A dívida pública se tornará insustentável, a menos que seja implementada nos próximos anos uma reforma previdenciária que elimine privilégios disseminados.

Desde o ano passado, o governo tem cedido em diversas áreas, desvirtuando as propostas de ajuste e retrocedendo no avanço da sua agenda. A exagerada ampliação de benesses para participação no Refis foi uma derrota, pois diminuiu ainda mais as penalidades de não cumprimento das obrigações tributárias no prazo. A derrubada do veto presidencial sobre a extensão dessas condições para o refinanciamento de dívidas tributárias de empresas no Simples e do setor agrícola estimula ainda mais a postergação do pagamento de impostos.

O Congresso não votou a MP 805, que postergava o reajuste dos salários do funcionalismo federal e aumentava a contribuição previdenciária dos servidores públicos de 11% para 14%. Também não foi apreciada a MP 806, que estabelecia que os fundos exclusivos deixariam de ter o privilégio de pagamento de IR apenas no momento do saque de recursos, equiparando, assim, essa cobrança a dos demais fundos. A MP 808 que regulamentava vários pontos da Reforma Trabalhista expirou e, pelo visto, não será reeditada.

As idas e vindas sobre a desestatização da Infraero e de alguns aeroportos agregam incerteza sobre essa agenda. Finalmente, a retomada da cobrança de contribuição patronal sobre a folha de pagamentos de vários setores e as medidas relativas à capitalização da Eletrobras, que reduziria a participação do Estado no setor elétrico, também correm sério risco de não aprovação no Congresso este ano.

Para ultrapassar imensos desafios e reverter a enorme desesperança existente na sociedade, o Brasil precisa consolidar um projeto abrangente para o longo prazo. Apesar dos retrocessos recentes, o atual governo iniciou essa jornada em algumas frentes. O governo reduziu a expansão dos gastos obrigatórios, com a implementação de diversas medidas de caráter fiscalizatório. Ao mesmo tempo, os gastos discricionários foram

controlados. Os parlamentares aprovaram uma reforma trabalhista bem mais ampla do que imaginado originalmente. A aprovação pelo Congresso da nova lei de exploração do petróleo, da regra que não permite o crescimento real dos gastos públicos federais e da lei das estatais, bem como a redefinição da regra de conteúdo nacional, são exemplos de avanços importantes.

Inegavelmente, a agenda econômica não é uma tarefa para um só governo. O próximo presidente, com o suporte dos votos obtidos na eleição, poderá dar passos decisivos na redução das enormes fragilidades e deficiências da economia doméstica. Inicialmente, ele precisará convencer a população de que é necessário perseguir uma agenda de transformação. Isso não requer um presidente carismático, e sim um com experiência e capacidade de construir uma sólida e ampla base de apoio no Congresso.

O futuro governante precisará comunicar de forma clara, direta e firme que os ajustes não serão fáceis e muito menos indolores. Haverá perdas para a maioria no curto prazo. Caberá aos próximos governos promover os ajustes necessários, com os custos sendo direcionados, principalmente, sobre os mais privilegiados, de forma que os mais pobres não sejam ainda mais penalizados. Os ricos precisarão ceder para que o Brasil possa avançar.

Não é um pequeno número de mandatos presidenciais que determina o futuro de um país de forma definitiva. Isso não quer dizer, porém, que decisões erradas nesse período não possam gerar perdas irreversíveis para uma geração. A dinâmica da economia no Brasil nos últimos 50 anos comprova isso. A década de 1980, com crescimento médio do PIB per capita próximo a zero, foi perdida. A atual também segue nesse caminho. Se não houver uma grande transformação da economia nos próximos anos, a minha geração terá desperdiçado uma época incrivelmente benigna. Mas ainda há tempo para avançarmos. A próxima eleição presidencial será crucial para que possa haver uma reversão da indignação da sociedade e a recuperação do otimismo em relação aos anos vindouros.

Fonte: TEIXEIRA, Nilson. Otimismo no longo prazo ainda é viável. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/opiniao/5477261/otimismo-no-longo-prazo-ainda-e-viavel>> Acesso em 26 de Abril de 2018

Segurança jurídica para os portos (Gesner Oliveira - 26/04/2018)

Sócio da GO Associados, é professor de economia da FGV-SP; foi presidente da Sabesp (2007-11, governos Serra, Goldman e Alckmin) e presidente do Cade (1996-2000, governo FHC)

* * *

O setor portuário é o segundo segmento mais importante da infraestrutura de transportes brasileira, atrás do rodoviário. Daí a importância de eliminar o enorme déficit de capacidade do setor; para tanto, a segurança jurídica é essencial. Essa questão está ausente no atual debate.

A regulação desse setor tem sido negligenciada historicamente. Apesar do papel estratégico, a atividade portuária ocorria de forma descoordenada até 1993, quando a Lei de Modernização dos Portos foi bem-sucedida em inserir a iniciativa privada na operação portuária e modificar o papel do poder público, solucionando alguns gargalos logísticos.

Passados 20 anos, no governo Dilma, com a chamada "MP dos Portos", o Estado assumiu posição mais intervencionista, centralizando novamente as principais decisões relativas aos portos na Antaq e na Secretaria Especial de Portos. O excesso de intervencionismo e a burocracia muitas vezes atrasaram projetos de investimento, em vez de acelerar.

Em maio de 2017, o presidente Michel Temer assinou o chamado "Decreto dos Portos", com o objetivo principal de desburocratizar os procedimentos para operação das concessões, arrendamentos e autorizações para terminais de uso privado.

A MP e o decreto resultaram em regulação pouco flexível e em grande nível de judicialização. As medidas enrijeceram o setor e causaram desequilíbrio dos contratos, prejudicando a economia como um todo.

Num setor dinâmico, flexibilidade e velocidade de reação são chaves na competitividade de mercado. Do contrário, ocorrem prejuízos sistemáticos e aumento dos custos portuários, com conseqüente elevação do Custo Brasil.

Por sua vez, o decreto afeta 114 contratos, sem privilégio a nenhuma empresa específica, e pode viabilizar os investimentos necessários mediante garantia da vigência dos contratos.

Estima-se que o decreto tenha potencial de desbloqueio de investimentos de cerca de R\$ 23 bilhões, gerar um incremento na produção nacional de quase R\$ 70,5 bilhões, com a criação de mais de 1,3 milhão de postos de trabalho, permitindo uma expansão da massa salarial da ordem de R\$ 12 bilhões e aumentando a arrecadação de tributos em cerca de R\$ 4,6 bilhões.

Apesar de suas limitações, o decreto pode gerar benefícios importantes para o país como um todo, com a liberação de investimentos que levarão à melhoria das atividades nos portos, tornando-os mais eficientes.

Outros importantes setores para a logística também são prejudicados por questões contratuais. Para viabilizar novos investimentos no setor ferroviário imediatamente, é necessária a prorrogação, preferencialmente antecipada, de alguns dos atuais contratos de concessão.

Caso contrário, esses investimentos só poderão ser executados em um novo contrato, após o término do atual, o que pode levar até dez anos.

Viabilizar novos investimentos em logística de maneira célere e aderente às melhores práticas internacionais é fundamental para o país retomar a trajetória virtuosa de crescimento. Além dos impactos que trariam nesse momento em que a economia está fragilizada, quanto mais se postergam as decisões, menores os benefícios que serão capturados com sua antecipação.

Fonte: Oliveira, Gesner. Segurança jurídica para os portos. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/opinia0/2018/04/gesner-oliveira-seguranca-juridica-para-os-portos.shtml>> Acesso em 26 de Abril de 2018

Baixa concorrência dificulta queda dos juros ao consumidor (Laura Carvalho – 26/04/2018)

Professora do Departamento de Economia da FEA-USP, tem doutorado na New School for Social Research.

* * *

Como a redução na taxa básica de juros da economia pelo Banco Central não trouxe uma queda proporcional na taxa de juros cobrada pelos bancos aos consumidores, os analistas econômicos voltaram a se interessar por uma questão que some do debate sempre que a Selic é mantida elevada: os spreads bancários —diferença entre o que os bancos pagam para captar recursos, que segue a Selic, e o que cobram para emprestá-los— têm uma dinâmica própria.

Em apresentação à CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado na terça-feira (24), o presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Murilo Portugal, citou os dados do Banco Central de 2017 para culpar a inadimplência, que representa 55,7% do spread bancário no Brasil, pelo problema.

Mas, mesmo se fosse verdade que o nível elevado dos spreads se deve à alta inadimplência, isso não explicaria o porquê de a queda da inadimplência para o seu menor patamar desde 2011 não ter levado a nenhuma redução nos juros cobrados. Ao contrário, os spreads subiram nos últimos meses.

Além disso, em março deste ano, o Banco Central reduziu substancialmente o compulsório —o percentual dos recursos que os bancos são obrigados a manter como reservas na autoridade monetária—, o que também era defendido como forma de reduzir os custos do setor e, assim, os spreads.

Caso seja aprovado o cadastro positivo, aumentará também o grau de informação dos bancos sobre seus clientes: a abertura do histórico de crédito, em tese, permitiria reduzir os juros cobrados dos “bons pagadores”.

Longe de mim subestimar a criatividade do setor bancário brasileiro, mas é possível que, depois de todas essas medidas e diante de evidências cada vez mais claras de que as taxas de juros são escorchantes, venham a faltar novos pretextos.

Só um novo ciclo de aumento da Selic tiraria os holofotes da relação entre a alta concentração bancária e os lucros dos bancos. Não seria a primeira vez.

Em 28 de fevereiro de 2012, alguns meses após o início da redução rápida da taxa básica de juros que marcou o início do primeiro governo Dilma Rousseff, o então presidente do Banco Central, Alexandre Tombini, declarou: “O spread bancário continua sendo uma prioridade do governo. Nós temos trabalhado com medidas que vão entrar em vigor que vão ajudar a reduzir o spread”.

Além do cadastro positivo, Tombini anunciou a criação de uma Central de Risco de Crédito que aumentaria o grau de informação dos bancos.

Em abril daquele ano, o governo optou por adotar uma estratégia mais agressiva: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal comunicaram um corte em suas próprias taxas de juros.

Apesar do furor da Febraban, a medida forçou HSBC, Santander, Bradesco e Itaú a reduzir suas taxas. Caso contrário, perderiam participação no mercado para os bancos públicos.

A partir de abril de 2013, diante da desvalorização do real e da aceleração da inflação, o Banco Central acabou iniciando novo ciclo de alta dos juros básicos, fazendo com que os spreads saíssem mais uma vez de cena.

Mesmo considerando que o governo Dilma errou ao reduzir a Selic de modo demasiado brusco, sem criar as condições para tal, a política de redução dos spreads não só cumpriu com seu objetivo como desnudou algo que o setor bancário faz de tudo para esconder: os juros sobre os empréstimos caem quando os bancos sofrem concorrência de quem cobra menos.

Fonte CARVALHO, Laura. Baixa concorrência dificulta queda dos juros ao consumidor. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-carvalho/2018/04/baixa-concorrenca-dificulta-queda-dos-juros-ao-consumidor.shtml>> Acesso em 26 de Abril de 2018

DISCLAIMER

O presente material é meramente informativo, genérico e não configura consultoria, oferta, solicitação de oferta, ou recomendação para a compra ou venda de qualquer investimento, instrumento ou produto específico em qualquer jurisdição ou mercado, nacional ou internacional. Embora as informações e opiniões aqui expressas tenham sido obtidas de fontes confiáveis e de boa fé quando da publicação, estas não foram independentemente conferidas ou validadas e nenhuma declaração ou garantia, expressa ou implícita, é feita a respeito da exatidão, fidelidade e/ou totalidade das informações. A Pragma Gestão de Patrimônio Ltda (“Pragma”) não se responsabiliza pela publicação acidental de dados incorretos e as informações, opiniões e valores indicados estão sujeitas a alteração, reprocessamento e/ou reprecificação sem aviso prévio. As matérias, artigos, relatos e entrevistas contidos neste documento e em seus anexos são de exclusiva responsabilidade do autor, não representando ideias, opiniões, pensamentos ou qualquer forma de posicionamento da Pragma. Este documento não pode, sob qualquer forma ou pretexto, ser utilizado, divulgado, alterado, impresso ou copiado, total ou parcialmente, sem prévia autorização da Pragma tampouco poderá ser divulgado ou utilizado por qualquer pessoa ou entidade em qualquer jurisdição ou país onde sua divulgação ou uso seja contrário às leis ou regulamentos vigentes ou em que o recipiente do documento não esteja qualificado a agir, ou para qualquer pessoa cuja jurisdição possa considerar ilegal a divulgação de informações, serviços, opiniões ou análises deste material. Informações adicionais poderão ser obtidas mediante solicitação.